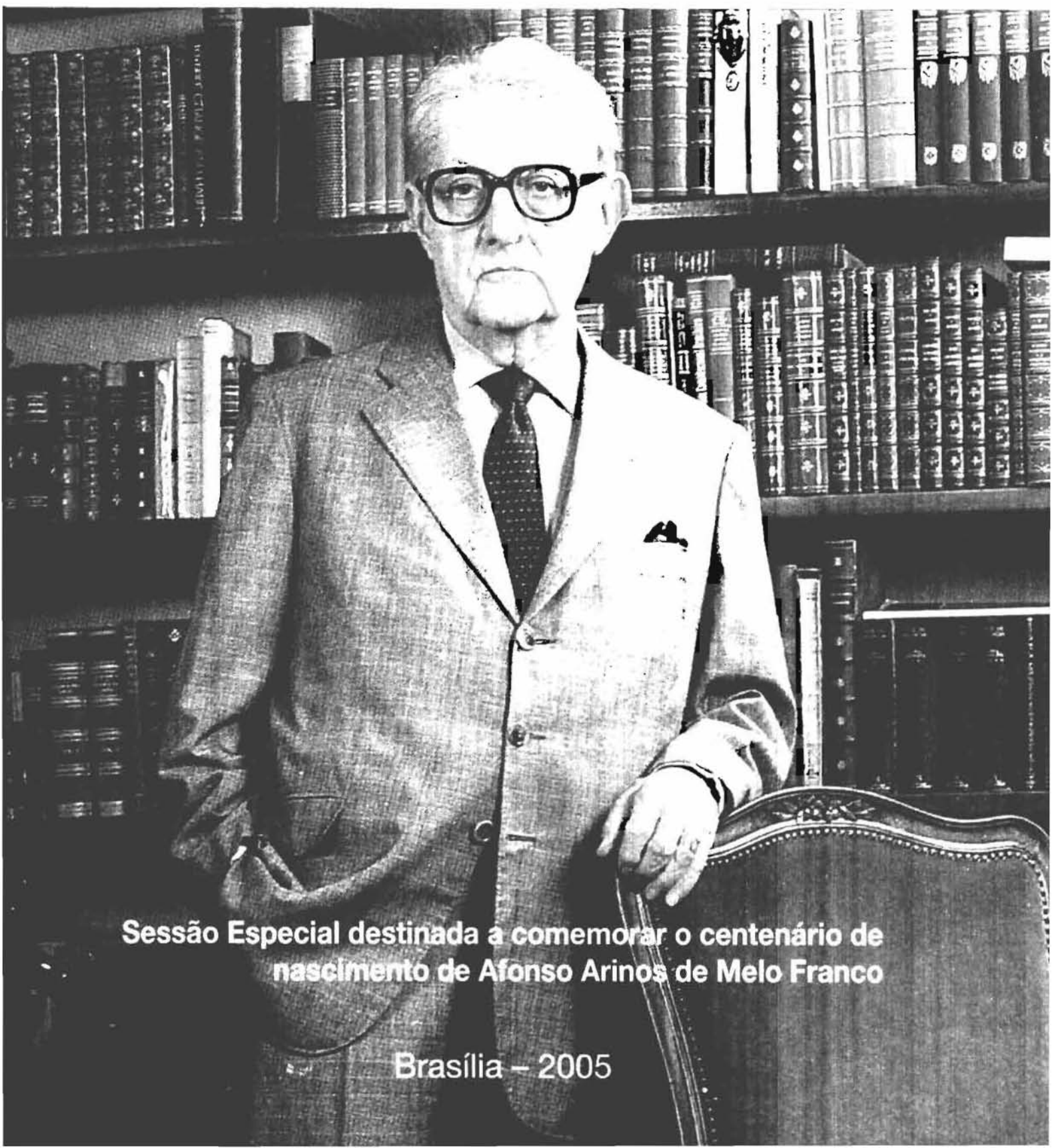




SENADO FEDERAL



**Sessão Especial destinada a comemorar o centenário de  
nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco**

**Brasília – 2005**





**SENADO FEDERAL**

**Sessão Especial destinada a comemorar o centenário  
de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco,  
realizada em 23 de novembro de 2005**

BRASÍLIA – 2005

Sessão especial destinada a comemorar o centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco, realizada em 23 de novembro de 2005. – Brasília : Senado Federal, 2005.

51 p.

1. Discurso parlamentar, Brasil. 2. Franco, Afonso Arinos de Melo.  
I. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal.

CDD 320.981



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal que se destina a comemorar o centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco, de acordo com o Requerimento nº 1.177, de 2005, do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Embaixador Affonso Arinos de Mello Franco, filho do homenageado; o Senador José Sarney; o Senador Marco Maciel e o Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

Ex<sup>mo</sup> Sr. Embaixador Affonso Arinos de Mello Franco; Ex<sup>mo</sup> Sr. Embaixador Antônio Patriota, representante oficial do Ministro das Relações Exteriores; Il<sup>mo</sup> Sr. Presidente de Honra do Instituto Nacional de Relações Exteriores, Carlos Brandt; Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Maria Caetana Santos, Subprocuradora da República; Ex<sup>mo</sup> Sr. Antonio Fonseca, Subprocurador da República; Il<sup>mo</sup> Sr. Ronaldo Nóbrega Medeiros, Secretário Nacional do Partido Social Liberal; meu caro Procurador Geraldo Brindeiro:

É uma honra muito grande tê-los aqui, no Senado Federal, no momento em que prestamos esta justíssima homenagem, senhoras e senhores convidados e demais autoridades.

O centenário do grande brasileiro Afonso Arinos de Melo Franco coincide com o feliz momento da aprovação pelo Senado Federal do Estatuto da Igualdade Racial, que até agora está em debate na Câmara dos Deputados.

A associação é inevitável, já que Afonso Arinos, como todos sabem, foi o autor da primeira lei contra o racismo no mundo inteiro, um orgulho para o Brasil, que sofreu a vergonha de ser o último País a abolir a escravatura. Vale recordar que a Lei Afonso Arinos, de 1951, foi aprovada numa época em que vários países tinham legislações fortemente racistas e discriminatórias.

Senhoras e senhores, o Estatuto da Igualdade Racial vai ajudar, e muito, a corrigir uma dívida histórica da nossa sociedade com os brasileiros negros e mestiços. E, nesse sentido, a lembrança de Afonso Arinos é obrigatória, verdadeiramente obrigatória.

Afonso Arinos de Melo Franco nasceu há cem anos e morreu há quinze, em plena atividade política, como senador pelo PSDB, aos 85 anos de idade.

Foi um daqueles homens notáveis, especiais, capazes de marcar sua geração e o seu País, e com quem alguns de nós, senadores, tivemos a oportunidade e a honra, honra mesmo, de conviver.

Afonso Arinos era um aristocrata de berço, no sentido mais nobre e positivo da palavra: foi sempre um inimigo dos preconceitos, das injustiças, um humanista e defensor do Estado de Direito.

Publicou mais de 60 livros sobre Direito Constitucional, ensaios históricos e sociológicos, biografias e memórias. Pela produção literária, ocupou a cadeira número 25 da Academia Brasileira de Letras, na vaga de José Lins do Rego.

Como Ministro das Relações Exteriores, em 1961, iniciou uma política externa independente, inovadora, que condenou o colonialismo europeu na Ásia e na África. Foi, aliás, o primeiro chanceler brasileiro a visitar a África, quando esteve no Senegal.

Em plena Guerra Fria, conseguia ter uma visão diferente e moderna do mundo, sem maniqueísmos.

Com a renúncia de Jânio Quadros, voltou ao Senado e teve papel decisivo na emenda parlamentarista, que evitou um golpe de Estado e permitiu a posse do Vice-Presidente João Goulart.

Afonso Arinos foi um dos fundadores da União Democrática Nacional, a UDN, como resultado de uma frente pela redemocratização do País e contra a ditadura do Estado Novo. Foi um dos intelectuais que organizaram o Manifesto dos Mineiros, o primeiro documento político contra a ditadura, em 1945. Por causa disso, foi demitido do Banco do Brasil.

Fez oposição a Getúlio Vargas como líder da UDN, mas ficou profundamente chocado com o suicídio do Presidente. Foi um dos fundadores da Arena, mas se afastou completamente da política quando percebeu que o regime militar tinha abandonado qualquer compromisso com a redemocratização e rumava sem disfarces para a ditadura.

Na Assembléia Nacional Constituinte, era um referencial para todos nós, pela bagagem intelectual, pela experiência e pelo que representava como homem público.

Senhoras e senhores, neste momento político difícil e conturbado que atravessamos, a lembrança de Afonso Arinos deve servir como inspiração, e sua atuação como homem público ser modelo e exemplo para todos nós.

Reler, hoje, os livros e discursos de Afonso Arinos é uma forma de repensar o Brasil com base em nossa História recente, avaliar nossos erros e também nossos acertos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador José Sarney.



O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente; Embaixador Affonso Arinos Filho, que aqui se encontra representando a família; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; meus senhores e minhas senhoras:

Quero saudar particularmente os representantes do Movimento Negro que aqui se encontram e que,

sem dúvida alguma, para a memória de Afonso Arinos, é uma das grandes homenagens que desejaria receber hoje, dia em que comemoramos e lembramos um dos maiores homens da história deste País, um monumento à inteligência, um homem extraordinário, que visitou todos os campos do conhecimento humano. Mais de 120 obras publicou Afonso Arinos, sobre todos os assuntos, os quais dominava como um grande pensador. Foi um grande humanista, um grande intelectual e um grande político!

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, no começo da década de 50, encontrei um político que se destacava tanto no plano intelectual quanto no plano partidário. Esse homem era Afonso Arinos. Tinha-o, na minha memória, vindo da província, como um daqueles monstros sagrados da inteligência brasileira.

Ao longo dos anos, tive o privilégio de acompanhar muito de perto o catedrático de Direito Constitucional e o autor de obras definitivas da literatura brasileira, histórica e política, e, sobretudo, o homem do qual me transformei em amigo.

Uma das glórias que tenho é a de ter transcrita, na contracapa de *O Amor a Roma*, a minha apreciação sobre o livro. Ele dedicou-me esse livro, dizendo: “A José Sarney, cuja amizade é uma das alegrias da minha vida!”. E isso, para mim, sem dúvida, foi, e é, uma das jóias que guardo como um dos maiores trunfos da minha existência!

Afonso Arinos tornou-se, no Parlamento brasileiro, um homem eminente não só para o seu tempo, e pôde ser igualado a todos aqueles grandes homens que engrandeceram este Parlamento, desde Nabuco de Araújo, o Conselheiro Nabuco, pai de Joaquim Nabuco; Bernardo Pereira de Vasconcellos, o grande Bernardo Pereira de Vasconcellos, que tanto fez pela consolidação do Império, depois da Independência; o Conselheiro

Saraiva, o Visconde de Rio Branco, Milton Campos, para citar os recentes. Mas, entre todos, devo dizer que ele era o mais completo, o que mais tinha solidez, porque dominava todos os campos do conhecimento. Nenhum deles pode ser maior do que Afonso Arinos de Melo Franco.

Ele tinha uma genealogia ilustre. O Presidente da Casa já disse que ele tinha uma nobreza de família, podemos dizer assim. No livro que escreveu sobre seu pai, Dr. Afrânio de Mello Franco, que se chama *O Estadista da República*, ele fez a mesma coisa que o Nabuco fez sobre o seu pai quando escreveu *O Estadista do Império*. Afonso, então, conta o nascimento de Paracatu antes de registrar o nascimento do seu antecessor, João de Melo Franco, já em 1721. Foi o célebre médico Francisco de Melo Franco companheiro de José Bonifácio, que o sucedeu como secretário perpétuo da Academia das Ciências de Lisboa. Aqui abro um parêntese para também ter a minha vaidade: Academia a qual pertence. Um de seus avós, Virgílio, foi juiz, deputado federal – o quarto da família – e senador estadual desde a Constituinte de 1891 até falecer, em 1922.

Do lado materno, ele descende também de mineiros da primeira geração, por meio de Cesário Alvim, grande Deputado do Império, um dos fundadores da Reforma, duas vezes Governador de Minas Gerais, Governador do Estado do Rio de Janeiro e muitas vezes falado para candidato à Presidência da República. Seu tio, Afonso Arinos, o autor de *Pelo Sertão*, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, o Dr. Afrânio, deputado, embaixador, membro da Liga das Nações, chanceler, estadista da República, e um dos seus irmãos, Virgílio de Melo Franco, foi Secretário-Geral da UDN, fundador, foi ele o grande articulador da UDN, que tinha como presidente, naquela época, Otávio Mangabeira, e o principal criador do partido.

Virgílio, ao contrário dos outros irmãos, era um homem de ação, não era o intelectual. E ele, como homem de ação que foi, coordenou aquela grande oposição que se transformou na União Democrática Nacional para enfrentar a ditadura.

Afonso também era um homem extremamente afetuoso. Ele era um homem de amigos. Entre aquele círculo mais estreito do princípio da sua vida, nós podemos lembrar de Prudente de Moraes, neto, e Pedro Nava, os dois grandes primeiros amigos dele. A eles juntamos Odylo Costa Filho, em casa de quem eu o conheci, seu compadre, seu amigo e que dizia sempre a todos nós: nós somos auxiliares, linha auxiliar da família Melo Franco; Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Rodrigo de Melo Franco, do IPHAN, seu cunhado, Carlos Chagas. Essa era a grande fraternidade da



Casa de Anah e Afonso Arinos, lá na Rua D. Mariana, onde eu muitas vezes desse grupo participava, na minha juventude, mais do que participante, era um extasiado e feliz diante daquela plêiade de homens que ali estavam.

Ali, em meio a sua grande biblioteca, na rua D. Mariana, Afonso construiu uma obra extraordinária que se estendeu, como eu disse, aos diversos domínios do conhecimento. Ele foi o pioneiro do estudo da civilização brasileira, o mestre da crítica literária, o pesquisador de Gonzaga, de Marília e Dirceu, o guia lírico de Ouro Preto, o memorialista que fixou as biografias de Rodrigues Alves e Afrânio de Melo Franco; foi quem escreveu *O Índio Brasileiro* e a *Revolução Francesa* – em minha última viagem a Paris encontrei esse livro traduzido, a última edição, pela *La Table Ronde*, um dos livros importantes não somente da nossa literatura, mas também para formar o conjunto de idéias que marcaram a revolução francesa.

Por dois breves períodos, durante o Governo Jânio Quadros, em 1961, e durante o gabinete de Brochado da Rocha, ele foi Ministro das Relações Exteriores. Aí ele também marcou seu pensamento quando fez a política brasileira independente um pouco fora dos dois pólos que se confrontavam e que dividiam o mundo.

Como Chanceler, ele compreendeu o fenômeno que ocorria em Cuba. Naquele tempo em que o mundo era dividido ideologicamente, separadamente, que as pessoas pensavam dogmaticamente, Afonso, no meio de tudo aquilo, do Brasil separado, compreendeu o fenômeno cubano; projetou o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, o reconhecimento da China, com a visita do então Vice-Presidente João Goulart à China. Fez aproximação com a África, como relatou o nosso Presidente. Tinha uma visão do mundo na qual ele achava que o Brasil não devia ter um alinhamento incondicional, mas uma visão ampla do mundo, que se consolidaria como permanente, por coincidência, em 1985, na redemocratização do País.

Nas relações pessoais, muitas vezes surgem circunstâncias curiosas. A política externa de Afonso Arinos provocou também um grande conflito com Carlos Lacerda, que era, sem dúvida alguma, o grande líder político daquele tempo. Um orador, o chamado demolidor, que exigiu a demissão do seu secretário-geral, que era Vasco Leitão da Cunha.

As visitas simultâneas de Che Guevara e de Carlos Lacerda, naquele agosto de 1961, tiveram certamente uma grande parte de motivação da renúncia de Jânio Quadros, no dia 25 de agosto. Lacerda e Afonso eram companheiros e amigos – eu os conheci assim –, mas tinham discordâncias políticas importantes e fundamentais. Nos primeiros meses de 1954, a participação de Afonso, Líder da UDN, na 10ª Conferência Diplomática Interamericana

– recordo-me –, provocou violentos ataques de Carlos Lacerda, que, inclusive, exigia a sua renúncia de não participar dessa conferência.

O enfrentamento com Getúlio Vargas também era um ponto importante da política udenista, mas os dois tinham visões distintas. Esta frase é de Afonso Arinos, que acho de extrema sensibilidade: “O sabor acre e triste daqueles dias de paixão e medo.” Essa era a visão do humanista. Há dúvida sobre o papel dos seus discursos de 9, 13 e 23 de agosto, antes do suicídio de Getúlio. Ele tinha uma certa dúvida interna, da qual nunca se libertou, sobre até onde esses discursos tinham levado o País àquele momento.

Depois, em 1958, na campanha que ele empreendeu para o Senado, e todos no Rio de Janeiro – vejo ali o nosso Senador Roberto Saturnino –, ninguém podia pensar no Afonso Arinos, aquele homem de elegância intelectual e que prezava aquela linha nobiliárquica – podemos dizer assim –, ele embarca no “caminhão do povo” e percorre os bairros do Rio de Janeiro todo e tem aquela vitória memorável de 1988.

Ele fora deputado por Minas Gerais. O “caminhão do povo” percorria e arrastava os eleitores, juntando os dois grandes oradores numa campanha que respondia ao apelo dos mais humildes.

Para aliviar um pouco a formalidade desta sessão, quero recordar um episódio que Afonso Arinos contava desse “caminhão do povo”. Ele dizia que chegou num bairro do Rio de Janeiro, e uma pessoa o abraçou e disse: “Vou votar no senhor”. E outro disse: “Quem é esse homem?” Disse: “É o homem que fez o samba da carta”. O samba da carta era o samba da carta do Getúlio Vargas. E ele disse que ia votar no Afonso Arinos. Ele disse: “Nesse dia fiquei certo de que eu tinha ganhado a eleição”.

E mostrou a outra face, não somente aquilo que julgavam dos intelectuais – éramos combatidos, nós, da UDN (União Democrática Nacional), como os intelectuais de punhos de renda –, mas também aquela UDN popular e cheia dos seus ideais e aquela UDN que também tinha um apelo grande junto ao povo humilde.

Afonso Arinos – e aqui é o ponto pelo qual eu acho que hoje ele ficaria, nesta sessão, muito feliz – desde 1951 deu seu nome à mais honrosa das leis, aquela da qual ele se orgulhava profundamente, que era o veto à discriminação racial. Ele registraria mais tarde aquilo que foi chamado de Lei Afonso Arinos. “Se fiz alguma coisa importante, foi esta”. Ele considerava isso a coisa mais importante que ele tinha feito na sua vida. (*Palmas.*)

Certamente. Diziam que ele gostava de estabelecer seu parâmetro entre Joaquim Nabuco e o que ele tinha feito. Nabuco, que tinha construído

toda sua vida em torno da idéia da abolição; e ele, Afonso Arinos, também, nesse momento, construía sua vida contra a discriminação racial.

Seu enorme alcance social tornaria para sempre um símbolo, como eu disse de Nabuco, da Abolição da Escravatura.

Em mais uma dessas identificações involuntárias me caberia, em 1999, apresentar também um projeto de ação afirmativa a favor dos negros, aprovado pelo Senado Federal e incorporado ao Estatuto da Igualdade Racial, que está sendo examinado. Tive a honra de lançar no Brasil a idéia das cotas. Foi lançada por mim essa idéia aqui no nosso País.

Também quero louvar o Senador Paim pela sua luta constante, destemida, reiterada em favor da raça negra no Brasil. Tem contado e contará sempre conosco nessa luta, porque, como disse o Presidente, nós temos até hoje esta vergonha, esta mancha inapagável da história do Brasil que é o período da escravidão. O fato de termos levado esse processo até quase o fim do século é algo que nós jamais vamos redimir da História do Brasil.

No Senado, Afonso seria presidente das mesmas comissões que seu pai presidira na Câmara dos Deputados: a de Relações Exteriores e a de Constituição e Justiça. Juntava, nelas, duas de suas vocações: a política externa e o legislador.

Há pouco, Afonso Arinos Filho me contava uma história, que eu devo repetir para fazer parte deste discurso. Afonso era professor de Direito Constitucional, grande professor de Direito Constitucional, marcante professor de Direito Constitucional, autor de muitos livros de Direito Constitucional. Pois bem, quando houve o AI-5, ele abriu a sua aula na faculdade dizendo: "A partir de hoje minha matéria passa a ser obscena. O que é obscena? É fora de cena. Quanto à minha matéria, não tem mais por que dar aula sobre ela, uma vez que o AI-5 destruiu a Constituição".

Mais tarde, eu também, como Presidente, tive a oportunidade de prestar as homenagens que eu achava que tinha que prestar por dever. Era de minha alma, de meu carinho, do meu afeto por Afonso Arinos da vida inteira nomeá-lo para presidir a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais da Nova República, assim como Afrânio de Melo Franco presidira a de 1932 e a de 1933. Mas a influência de Afonso como constitucionalista teve a vertente de suas cátedras e a de sua obra escrita, inclusive no conceito mais amplo, da Teoria do Estado, que encerra sua defesa do presidencialismo contra o parlamentarismo de Raul Pilla. E aí é uma coisa interessante: Bernardo Pereira de Vasconcelos dizia que, como tinha sido liberal, era regressista, e Afonso, que era presidencialista, converte-se ao parlamentarismo, portanto um dos maiores defensores do presidencialismo se converte ao

parlamentarismo. Também devo dizer e bater no peito, fazendo mea-culpa, que eu também era presidencialista, mas converti-me ao parlamentarismo, e hoje sou um parlamentarista convicto e acredito que realmente é esse o regime de que precisamos. Em 1958 ele dizia que “o regime parlamentar é o tipo de organização predominantemente política; o regime presidencial é a estrutura de governo, principalmente jurídica”. Depois ele diz: “Cheguei ao parlamentarismo pela segurança de que tudo aquilo que no meu espírito se afigurava como constituindo as molas mestras do sistema presidencial não somente não funcionam como não poderão funcionar no nosso País.”

Quer dizer, ele não nega as funções importantes do presidencialismo, mas o que ele afirma é que elas simplesmente não funcionam nesse sistema.

De julho de 1963 a setembro de 1965, Afonso escreveu para o *Jornal do Brasil* uma série de longos artigos que acompanharam, previram e discutiram o momento fundamental da transição para o regime militar. Reunido como “A evolução da crise brasileira”, os artigos tornaram-se um dos mais lúcidos retratos não só daquela crise, mas da história das crises de nosso sistema político e de nosso sistema eleitoral. Recomendo que esse livro, meio esquecido, reeditado agora, deve ser lido, porque se aplica muito às crises atuais que estamos vivendo no Brasil. Perdoe-me a Casa, os oradores, também, que vão ocupar a tribuna, se estou me alongando, mas tenho medo de que o Afonso, na eternidade, diga: “Sarney, você não foi tão explícito no discurso que devia fazer a meu respeito”. Não, eu quero dizer as coisas que sentia, que gostava e gosto em Afonso, essa grande e excepcional figura, mas também meu grande amigo, por quem tenho uma eterna ternura que comigo irá até o fim da vida.

Veja-se a atualidade da crítica de Afonso Arinos, atualidade mantida pela perpetuação da forma do governo, agravada com o instituto da reeleição. Avisava em 1963: “Os formidáveis interesses hoje investidos na eleição de um só homem, detentor de todo o poder, fazem com que a eleição, se direta e livre, se transforme numa gigantesca montagem, enormemente cara, de histeria e falsidade.”

Continuava Afonso: “O líder que se eleger presidente emerge à tona empurrado por uma vaga imensa de paixão. Sua vitória é devida à concentração de desesperos e esperanças irracionais de uma massa orgânica de milhões de seres humanos...” “O presidente se elege em função de uma campanha – ele falava do presidencialismo – cheia de promessas que ele pode estar disposto a esquecer, mas que não serão esquecidas pela grande maioria dos seus milhões de eleitores.”

Falo desses episódios, valendo-me de uma frase de Afonso Arinos: “Homens de idade não têm o privilégio de criar, mas de lembrar”. É isso que estamos fazendo neste plenário, e eu, pelo menos, tenho o dever de fazê-lo.

Eu estava no Governo do Maranhão quando se discutiu mais uma reforma constitucional, em 1966/1967. Por isso mesmo, tenho bem anotada a minha edição de *O Som do Outro Sino*, em que reuniu seu *Breviário Liberal*, magníficas aulas, prestadas nesta Casa ou em outras salas do Brasil afora, sobre os princípios constitucionais e as idéias políticas.

Nesse livro, encontramos também uma das facetas de Afonso Arinos: o discurso que ele escreveu sobre Juscelino Kubitschek na Academia Mineira. Que discurso generoso! Que discurso bonito! Como ele fala da diferença entre os homens da área da mineração, como Juscelino, da área de Diamantina, e os mineiros de outras plagas. Ele demonstra essa diferença fundamental ao falar de Minas Gerais. É um discurso primoroso. Embora ele tenha sido adversário de Juscelino a vida inteira, um dos melhores escritos sobre Juscelino consta desse livro que ele escreveu, *O Som de Outro Sino*.

Suas aulas de Direito Constitucional eram magníficas, porque ele reunia em si o intelectual, o legislador e o historiador. Há pouco, eu, que muitas vezes o ouvi nesta tribuna, dizia a seu filho que ele mesmo disse que fazia umas notinhas. Hoje, vemos no computador que, ao se clicar em um ponto, abre uma janela e vem um mundo de informações. Tenho a impressão de que a cabeça do Afonso era assim; as notinhas eram destinadas a isso. Ele clicava e, de repente, saía aquele manancial de cultura, de referência, de história, de sabedoria, de conhecimento. De maneira que o discurso de Afonso Arinos era sempre uma aula, porque ele não deixava de ser professor, sendo político – o professor da grande política.

A um passo entre a história e a memória, Afonso escreveu sobre seu pai e sobre o avô de sua mulher. *Um Estadista da República e Rodrigues Alves* são monumentos essenciais para a compreensão do Brasil.

Quando terminou o livro *Rodrigues Alves* – ele trabalhou no arquivo de *Rodrigues Alves* que possuía e que Anah com muito cuidado preservava –, ele tinha tido uma dose de depressão, estava muito triste, achando que brevemente iria desaparecer, e convidou alguns amigos para entregar os originais das memórias de Rodrigues Alves à Livraria José Olímpio. Entre essas pessoas convidadas, lá estavam Odylo Costa, filho e também José Sarney. E ele, quase naquela crise, terminando o livro às pressas, quase querendo arrastar os pés, entregava a José Olímpio os originais, dizendo: “Este vai ser o último livro que escreverei na minha vida.” Quanto estava errado! Escreveu

ainda dezenas e dezenas de livros depois desse, cada um mais brilhante, mais cheio de sabedoria e de encanto.

Desse brasileiro de vida tão rica, aqui quero agradecer, como brasileiro, ter ele sido o grande Parlamentar, o grande orador, o grande legislador. Quero agradecer, em nome do Brasil, termos tido um homem como Afonso Arinos de Melo Franco. Sob o comando de seu irmão Virgílio, foi candidato, como eu disse, a deputado.

Eu era um jovem chegado da província, literato e me iniciando na política. Em casa de Odylo o conheci. Generosamente, Afonso me acolheu entre seus amigos e companheiros, os grandes nomes da vida pública e cultural brasileira. Tenho grande orgulho de ter sido indicado por ele para vice-líder da UDN. Eu tinha 29 anos quando Afonso, numa reunião nossa da UDN, me indica: “Esse menino; precisamos de gente nova.” Eu até disse: Afonso, você tem uma certa dose de irresponsabilidade; como é que você vem à UDN e, no meio de tantas glórias, indica um deputado desconhecido do Norte do Brasil? Ele ria. Era um pouco de carinho e também um pouco de investimento na gente nova, por acreditar nas novas gerações, na juventude. Era a generosidade do seu coração.

Durante quarenta anos estivemos juntos em tantos combates, em tantos pontos de vista, muitas vezes sem nem nos darmos conta, tamanha era a nossa identidade. Mas a amizade nunca diminuiu a admiração que tive pelo ser político e pelo ser humano, pelo construtor do real e o construtor do sonho. Impressionou-me sempre por suas qualidades. Sua combatividade. Sua limpidez de caráter. Sua inteligência. Seu gosto literário. Seu conhecimento. Sua gigantesca e incomensurável cultura.

Há um ano, iniciamos aqui as comemorações do seu centenário, que se completa no dia 27 de novembro. O Senado Federal é a casa que herdou a missão do Senado do Império, de recolher os grandes nomes da política brasileira no apogeu de seu prestígio, tornando-se a casa da maturidade. A casa que não fazia “política”, dizia o Conselheiro Nabuco, só fazia o exame dos grandes temas nacionais. Escritor, historiador, formulador de política externa, constitucionalista, poeta, acadêmico, professor, grande nome da vida brasileira em tantos campos, mais que todas o Senado Federal foi a Casa de Afonso Arinos. Ele gostava do Senado Federal. Tinha sido deputado, mas me dizia que gostava do Senado Federal e quase esquecera a Câmara para ter o Senado dentro da sua alma. E assim o temos hoje presente, em bronze, nesta Casa, para a eternidade. E ele continua sendo, assim. Aqui sua memória permanece com a do grande brasileiro que ensinou, pela sua obra, pela sua cultura, pela sua rigidez moral, a fazer política.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Embaixador Affonso Arinos, senhoras e senhores, as sessões solenes do Congresso Nacional ou do Senado Federal que homenageiam vultos relevantes – relevantíssimos até – da história brasileira nem sempre fazem fisicamente justiça aos feitos dos homenageados.

Desta vez, não me basearia no preenchimento completo das cadeiras ou das galerias para imaginar ou calcular o êxito desta sessão. Vejo nas figuras, nos negros, até pelas vestimentas, que cultivam e cultuam, com muito orgulho, as nossas – de todos nós – origens afro. Vejo nelas, já aí a resposta e também a consagração da Sessão Solene de homenagem a Afonso Arinos. Não precisaria de muito mais gente, não! Basta isso. A lembrança que popularizou o nome de Afonso Arinos, até hoje, faz parte da consciência popular, faz parte do cotidiano popular. Quando se pratica esse gesto absurdo, extremado, inominável e indigno da discriminação racial, imediatamente, até para quem não conhece nada da vida objetiva de Afonso Arinos, vem o nome de Afonso Arinos. Lei Afonso Arinos no racista, Lei Afonso Arinos nele, Lei Afonso Arinos em quem imagina que cor de pele separa o valor pessoal das pessoas ou o direito dos cidadãos perante a lei, perante a Constituição e perante o sentimento de justiça que deve animar a vida de todos nós.

Por isso, aqui homenageio alguém que começou na UDN – e sou de uma família tradicionalmente trabalhista. Meu pai foi Líder do PTB e Líder do Governo Goulart, portanto, venho de uma família tradicionalmente trabalhista. Homenageio aqui o udenista ilustre, alguém que faleceu exercendo mandato de senador, ao 85 anos de idade, como senador do PSDB, partido que tenho a honra de liderar no Senado Federal.

Homenageio o acadêmico, o homem de letras, o notável constitucionalista, ocupante da cadeira nº 32 da Academia Brasileira de Letras.

Homenageio – e vai dizer muito bem sobre isto o Presidente Renan Calheiros – aquele que, como Ministro do Exterior, rompeu com o maniqueísmo do “sim”, que automatizava o alinhamento aos Estados Unidos, e do “não”, que pregava soluções extremas, que nem cabiam, se examinássemos as perspectivas geopolíticas do País. Rompeu com o maniqueísmo e iniciou

algo que perdurou por muito tempo, a chamada política externa independente, que atravessou o período Jânio Quadros, atravessou o período João Goulart e não foi desmontada por grande parte dos presidentes que, durante o período autoritário, dirigiram este País.

Homenageio o homem coerente, que se colocou a favor da posse de João Goulart e que foi um dos principais articuladores da solução parlamentarista, que consagrou Tancredo Neves como elo entre a democracia e a posse de João Goulart, contestada, absurdamente contestada, pelos três ministros militares.

Homenageio o democrata de sempre, que assinou o Manifesto dos Mineiros\*, exigindo, em 1945, a imediata redemocratização do País, substituindo o regime cansado e – não porque cansado –, sobretudo, ditatorial de Getúlio Vargas pela constitucionalização de um país que não podia mais conviver com tortura, com negação de direitos individuais e com poder autoritário, com poder que emanasse de uma pessoa para poucos outros que pudessem cumprir as suas ordens.

Homenageio o Constituinte ilustre, uma figura que foi um dos cernes da Carta, que cometeu erros e acertos. Hoje, quando criticamos pelo econômico a Carta de 1988, às vezes não levamos em conta que ela correspondia a uma fase pré-queda do Muro de Berlim, correspondia a uma ressaca democrática, à vontade de se resolverem todos os problemas do povo de uma vez só, represados que estavam esses problemas e represadas, sobretudo, essas soluções pelos 21 anos de regime autoritário. Mas, quando se critica ou se defende a Carta de 1988, não se pode esquecer o papel essencial, quase que de guru do Embaixador Afonso Arinos; quase que de guru, mas certamente de referência absoluta.

Não fui Constituinte – eu dirigia a minha cidade de Manaus àquela altura –, não tive a honra de ser Constituinte, mas era palpável, o Brasil percebia a importância e a relevância de Afonso Arinos. Eu diria que, neste Parlamento, nos acostumamos a identificar certas pessoas que são relevantes pelo que dizem. Afonso Arinos era relevantíssimo pelo que ele dizia e era extremamente importante até quando não dizia; era importante no que aconselhava, era importante no seu silêncio. Por que Afonso Arinos silenciou? Por que não falou? Por que alguém que sempre se marcou pela capacidade de expressar suas convicções com coragem, em momentos difíceis da vida brasileira, de repente, em determinado momento, não falou? Ou seja, o silêncio de Afonso Arinos era eloquente, como eloquente e incomparável era a sua oratória.



Eu gostaria de lembrar que o Senador Antonio Carlos Magalhães, como Presidente do Congresso, editou alguns discursos notáveis de deputados e senadores, de Congressistas. E, se considero outro adversário de meu pai, talvez o mais notável orador que já tenha aparecido em toda a história parlamentar brasileira, Carlos Frederico Werneck de Lacerda\*, vejo, atrás de Lacerda – não sei se tão atrás – e muito distante de todos os demais Afonso Arinos. E, atrás de Afonso Arinos, vejo uma plêiade de oradores de escol, do nível mais elevado, a fazerem falta ao Parlamento de hoje. Mas eu diria que Afonso Arinos se destacava desse outro pelotão muito digno com absoluta certeza.

O discurso editado pela iniciativa do Senador Antonio Carlos dizia: “Será mentira o pranto da viúva?”; “Será mentira o sangue do Major Rubens Vaz?”; “Será mentira o mar de lama?” Não estou entrando em detalhes. Considero que o Presidente Getúlio Vargas era um homem de bem, um homem correto. Estou dizendo apenas que o grande orador, naquele momento, talvez tenha decidido a sorte do Governo Getúlio Vargas, com um discurso que se sucedeu a outros e com uma ação de rua – o Presidente Sarney aqui se referiu ao caminhão da UDN, que percorria o País e nem sempre era bem recebido.

Isso mostra que a luta política é feita não só de tapetes vermelhos. A luta política, para mim, enobrece aqueles que correm riscos. Não consigo entender quem não gosta de correr riscos. Não consigo entender quem creia, o tempo inteiro, que se deve brigar no conforto das posições equivocadas, das posições dúbias. Entendo que política é correr riscos. A minha vida – falo de uma vida pública modesta – é correr riscos; a minha vida é tomar opções; a minha vida é fazer escolhas; a minha vida é estar de um lado ou de outro com clareza. Tenho horror à idéia da ambigüidade, à idéia de que alguém imagine que parece que estou aqui, mas não estou bem aqui, porque posso estar acolá. Quando sinto isso, corrijo imediatamente. Isso se aprende com Afonso Arinos de Melo Franco, alguém que era o mestre da clareza, era eloqüente e claro até quando não falava e era eloqüente e brilhante, brilhantíssimo, quando falava, quando praticava sua oratória absolutamente excepcional.

Neste momento, estamos, até por afinidade, no jogo democrático, fazendo oposição a um Governo democrático, constitucional, eleito pelo povo de forma consagradora, com 53 milhões de votos, como foi o caso do Governo do Presidente Lula. Estamos a fazer oposição, nós do PSDB, do PFL e do PDT, e quero ressaltar o papel do opositor. Para mim é muito simples e claro: perdeu a eleição, fiscaliza quem ganhou; ganhou, parta para governar ao lado de quem ganhou. Não consigo ver com bons olhos a figura

do meio. Vejo com bons olhos a figura da clareza. Neste momento, a mim me cumpre ajudar a fazer oposição, como, por oito anos, tive a obrigação de ajudar a governar. Os dois lados têm para mim o mesmo *status*. Faço com o mesmo prazer, com a mesma devoção, com o mesmo amor.

Ressalto o oposicionista Afonso Arinos, implacável, talentoso, generoso, cordial, capaz do diálogo com seus adversários mais duros, capaz das atitudes mais intransigentes quando se tratava da questão ética e da defesa de suas convicções mais íntimas, capaz de mudar de idéia, de evoluir, até porque em permanente contato com as leituras mais profundas. Afonso Arinos não era um intelectual qualquer, não era um intelectual forjado em sorver das fontes originárias; era uma fonte originária ele próprio. Ele não era alguém que, por ter lido fulano, era considerado um homem culto; ele era um homem culto porque, depois de tanto ler e tanto pesquisar, ele se tornou fonte para que intelectuais brasileiros se tornassem cultos lendo Afonso Arinos de Melo Franco. Essa é uma diferença essencial. Falo, portanto, do oposicionista.

Finalizo, dizendo que, se eu pudesse comparar Afonso Arinos a alguém de outro momento, eu voltaria, Senador Paulo Paim, à solidariedade de Afonso Arinos. À solidariedade não, pois somos todos negros, os que têm a pele alva e os que não têm. Num país que, basicamente, é de negros, como o Brasil, fugir disso significa fugir, de maneira envergonhada, canhestra, medíocre, da nossa própria história.

Portanto, não podemos falar em solidariedade a negros no Brasil, temos que falar, sim, em combate claro a toda e qualquer forma de discriminação racial, que se manifesta pela via do econômico, que se manifesta pela via de um preconceito estúpido, de um elitismo que não cabe.

Volto, então, à questão da nossa ligação com a cultura afro. Comecei falando da Lei Afonso Arinos; estamos na época do Estatuto da Igualdade Racial. Digo que, se pudesse comparar Afonso Arinos a alguém, compararia a alguém próximo dele familiarmente, alguém que, em outras épocas, estadista do Império que foi, cumpriu o mesmo papel na hora da libertação dos escravos, sempre avançado em relação ao seu tempo, grande orador, figura de retidão ímpar, figura de cultura inigualável, figura avançada para o seu tempo e figura que, lembrando de Afonso Arinos, eu reverencio, para, com muita força, comparando-o a Afonso Arinos e comparando Afonso Arinos a ele, aproveito para reverenciar os dois: Joaquim Nabuco e, portanto, novamente, Afonso Arinos de Melo Franco.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.



O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Senador José Sarney; meu caro Senador Paulo Paim, permanentemente Secretário e Vice-Presidente; prezado amigo Affonso Arinos de Mello Franco Filho, Senador Marco Maciel, ex-Procurador-Geral da República Geraldo Brindeiro, saúdo os

embaixadores e os amigos presentes na figura de um grande amigo e amigo do Afonso Arinos e que com ele debatia as causas melhores do Brasil: o Padre Aleixo.

Meus irmãos afrodescendentes, sou da Bahia, e a Bahia é a terra de todos vocês. A Bahia tem muito orgulho de ser o maior contingente de afrodescendentes de todo o Brasil.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, falo, neste momento, de Afonso Arinos de Melo Franco. Do jurista, do professor, do político, do historiador, do crítico, do ensaísta, do memorialista.

Descrever cada uma dessas facetas profissionais desse brasileiro eminente e que o Senado Federal, com muita justiça, homenageia no dia de hoje exigiria muito mais do que um pronunciamento, talvez um livro bem minucioso.

Afonso Arinos foi um daqueles homens predestinados, pois seu destino já estava traçado desde a ascendência.

O avô, Cesário Alvim, foi político destacado no Império e na República.

O pai, Afrânio de Melo Franco, pontuou na Primeira e Segunda Repúblicas.

Seus irmãos se destacaram na Revolução de 1930 e na redemocratização, em 1945.

Com Virgílio de Melo Franco cheguei a conviver. Uma figura notável de lutador, um homem talvez dos mais corajosos que conheci, cuja vida foi interrompida bruscamente e de forma trágica.

A essa herança cívica, Afonso Arinos juntou uma brilhante formação intelectual que, fortalecida por seu ilibado caráter, pavimentou o caminho

para que se tornasse um dos maiores homens públicos do século passado no Brasil.

Afonso Arinos foi um vencedor em todas as atividades que abraçou durante sua longa vida.

Como professor, ensinou na Universidade do Distrito Federal, no Instituto Rio Branco, na Universidade de Montevidéu, na Sorbonne, em Paris, no Rio de Janeiro, em Buenos Aires. Foi catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil, hoje UFRJ.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi promotor de Justiça em Belo Horizonte.

No Poder Executivo, por duas vezes, em 1961 e 1963 – como disse aqui o Senador José Sarney –, Afonso Arinos foi Ministro das Relações Exteriores, fazendo uma política totalmente diferente da política dos seus antecessores.

Em 1985, nomeado pelo Presidente José Sarney, presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais – denominada Comissão Afonso Arinos, porque ele era a figura de maior projeção entre os membros dessa Comissão –, que preparou o anteprojeto da Constituição.

Mas, Sr. Presidente, foi como Parlamentar, atividade iniciada em 1947, quando foi eleito Deputado Federal por Minas Gerais, e que findou como Senador da República, após ter sido membro da Assembléia Constituinte nos anos de 1987 e 1988, que ele se destacou definitivamente como uma das maiores figuras, pelos seus pareceres e brilhantes intervenções.

Insisto que Afonso Arinos foi um vencedor em todas as carreiras por que passou. Mas, de fato, foi a política o seu ponto alto, e realmente era como político que ele gostava de aparecer, além de ser grande professor.

Foi no Legislativo, na Câmara, no Palácio Tiradentes e aqui, com a sua postura democrática, sua visão humanista e a independência com que defendeu seus princípios, que se transformou em verdadeira bússola dos homens públicos deste País. Até nos confrontos que tinha com seus amigos prevalecia sempre, ao final, o seu caminho.

O Senador Sarney falou, com propriedade, do “caminhão do povo”, que chamávamos também de “caminhão da liberdade”. Assistíamos, no Rio de Janeiro, a algo excepcional para aquela época: era um caminhão em que todos discursavam. Aparecia aquela figura diferente, com suspensório segurando as calças, com o verbo fluente e forte que dominou a capital do País àquela época. Afonso Arinos foi, sem dúvida, um grande orador e notável Parlamentar. (*Palmas.*)

Em 1999, eu era Presidente desta Casa e tive a honra de editar um livro reunindo cem discursos parlamentares seus. Acho que foi dos bons trabalhos que eu realizei aqui. Lembro-me que tive dificuldade, porque, pessoalmente, escolhi, entre tantos e tão bons pronunciamentos, “apenas” cem! Como dizia o Senador Sarney, deveriam ser, talvez, algumas centenas.

Uma leitura dos discursos de Afonso Arinos é uma viagem cultural por cinqüenta anos de história deste País. É a possibilidade de ver o País pelos olhos de um homem que jamais abdicou do senso crítico e da luta por justiça social.

Apesar de ser de uma família tradicional, a justiça social predominava em seus sentimentos pessoais e, sobretudo, em seus trabalhos parlamentares. Daí por que, hoje aqui, tantos estão presentes para aplaudir sua atuação, inclusive em benefício dos afrodescendentes.

Uma leitura desses discursos é uma viagem pelo próprio País. É a possibilidade de ver o País pelos olhos de um homem que jamais abdicou do senso crítico e da justiça social – faço questão de repetir a expressão.

Gostaria de ler um trecho do seu belíssimo livro *Amor a Roma*, que tanto me encantou e por ele me foi oferecido – também aí não quero competir com o Senador José Sarney – com bela dedicatória. O título do livro foi extraído do palíndromo do amigo Pedro Nava, e Afonso Arinos, ao cotejar suas lembranças da juventude com as convicções que possuía, então já aos quase 80 anos, registra:

Passou meio século sobre estas lembranças, e o jovem brasileiro de então, encanecido, continua a procurar o caminho do entendimento para o Brasil de hoje. O mesmo caminho da razão e da liberdade, o mesmo caminho da recusa às imposições do poder e às ambições dos poderosos.

De fato. Afonso Arinos foi um homem que pôde chegar ao fim da vida mantendo a profissão da fé na boa política e no entendimento residindo em sua alma permanentemente jovem, mas já aos oitenta anos. Um homem que jamais se deixou levar pelas tentações da vitória fácil, da adesão ao poder de ocasião.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, difícil, senão impossível, citar um único episódio da história deste País dos últimos 50 anos do século XX em que não tenha pontuado a figura de Arinos, senão como protagonista, certamente como crítico observador dos acontecimentos.

Ele era um homem de posições fortes e de oratória poderosa.

Muitas vezes, com a verve, a força de seus argumentos e o peso de suas palavras, foi, ele próprio, o indutor dos acontecimentos.

Seus contundentes pronunciamentos de 1954 em relação a Getúlio Vargas comprovam a força que tinham sua voz e suas idéias.

Em seu discurso de 9 de agosto de 1954, falando sobre o atentado de Toneleros e sobre a visita de Getúlio Vargas para inaugurar a Fábrica da Mannesmann em Minas Gerais, nunca vi nada tão forte, que ia crescendo a cada instante, a ponto de ele falar principalmente ao Presidente da República, mas sem deixar de falar ao homem. E ao homem ele pedia que olhasse o Brasil de uma forma contundente e de uma forma que marcou, não tenho dúvida, os acontecimentos posteriores.

Então Líder da Minoria e correligionário de Lacerda, Arinos propôs que Vargas deixasse a Presidência. Chegou a taxar o Governo Vargas – perdoem-me os seus correligionários pela coincidência de agora – de um “estuário de lama”.

Todos sabemos, foi nos desdobramentos da crise gerada pelo atentado de Toneleros que Vargas veio, apenas quinze dias após o discurso de Arinos, a dar um tiro no peito.

Permita-me registrar, Sr. Presidente, que esse discurso de Afonso Arinos integra a coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, um trabalho de pesquisa e recuperação de antigas gravações de áudio que o Senado Federal realizou, a meu pedido, durante minha gestão na Presidência desta Casa.

Mas é muito bom, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que veneremos a memória de Afonso Arinos, um bravo e ferrenho defensor do Poder Legislativo e da classe política. Especialmente nestes tempos de “pauta trancada”, em que o Senado Federal se vê impedido de legislar. Se ele aqui estivesse, sua voz estaria bem forte, impedindo que tal situação ocorresse. E também nestes tempos de orçamento contingenciado, em que o Governo Federal faz moeda de troca dos recursos aprovados pelo Congresso, em um autêntico “mensalão”, usando a expressão atual.

Que falta nos faz hoje Afonso Arinos...

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é educativo ouvirmos o que disse Arinos, em 1988, dirigindo-se a seus pares:

“Nosso dever é fazer política. É defender e praticar a Constituição brasileira em vigor, acreditar nela, convocar a Nação para defendê-la. Se estiver em risco, reagir contra esses riscos disfarçados [ou visíveis]. Em suma, praticar e defender a liberdade. Fazer política [isso é preciso que se diga agora, quando os políticos se encontram, muitas vezes, numa baixa injusta pelo seu trabalho] é honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória do nosso tempo.”

Quem estuda a obra desse brasileiro encontra ali um homem que foi somando virtudes ao longo da vida.

Ao vigor da juventude, ele somou a imorredoura esperança de humanista recém-formado, o brilho do estudioso de Direito, o viço do político guerreiro e, por fim, a perseverança e experiência de um “jovem octogenário”, que o fez iluminar, por mais de 40 anos, a política brasileira.

Pois é o centenário desse notável homem público, mineiro de Belo Horizonte, onde nasceu em 27 de novembro de 1905, que tenho a honra de homenagear neste momento.

E quero dizer algo que sempre me comove muito e que sempre procuro buscar: cada um de nós tem um sofrimento na alma; o meu sofrimento todos sabem qual é; eu, muitas vezes, busco nos livros de Afonso Arinos como ele conta a perda de seu neto na Itália; é alguma coisa que pode comover qualquer pessoa que leia. E quem teve, como eu, Luís Eduardo, nessas horas busco também em Afonso Arinos um consolo, um consolo em suas palavras, que realmente ficam muito permanentes em minha memória.

Faço isso com a esperança de que seu legado permaneça vivo entre os bons brasileiros, em especial entre os Congressistas. Um legado de honra, de defesa da liberdade, que seu filho aqui presente, Afonso Arinos de Mello Franco, tem a obrigação de continuar para a glória deste País e, sobretudo, pela honra do Parlamento brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)





O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.



O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a genealogia, em seu estrito sentido, rezam os dicionários, é o estudo da ciência com a finalidade de determinar a origem das famílias. Mas é necessário vê-la também como algo fundamental para o conhecimento da vida de

um povo: é este o entendimento de Michel Foucault ao considerar seu objeto “identificar as relações do poder que deram origem a idéias, valores ou crenças”.

É nessa perspectiva que se deve situar a singularmente múltipla personalidade de Afonso Arinos de Melo Franco, num instante em que a Nação faz memória do centenário de seu nascimento. A moldura é das Gerais, Minas é o coração do Brasil e, diria Alceu Amoroso Lima “o mineiro é o tipo mais representativo de um fenômeno de equilíbrio e superação de extremos a que cabe naturalmente a denominação de centrismo”. A circunstância, gassetiamente, a sua linhagem, cujo genearca é Afrânio de Melo Franco, casado com Sílvia Alvim de Melo Franco, filha de Cesário Alvim, Governador de Minas Gerais, Prefeito do Distrito Federal e Ministro da Justiça.

Tal é a sua devoção paterna que o levou a se recolher durante anos, num intervalo da estuante atividade política, para, com o estímulo de D. Anah, companheira de toda a sua vida, a biografá-lo em *Um Estadista da República*, obra no gênero só comparável – permitam-me o sentimento de pernambucanidade – ao *Um Estadista do Império*, do também político e escritor, Joaquim Nabuco, igualmente reverente à vida pública de seu genitor, o Conselheiro Nabuco de Araújo. Ao dedicar o livro ao amigo e memorialista Senador Luís Viana Filho, Afonso Arinos revela que lhes prendem entre tantos laços “o gosto pela biografia, o culto da imagem paterna, o amor pela tradição artístico-cultural brasileira”.

Nos séculos XIX e XX, muitos de seus ascendentes se notabilizam, como políticos e diplomatas, atividades, a meu juízo, irmãs, vez que nestes tempos de mundialização desaparecem os limites que separaram o interno e o externo no exercício do poder estatal. Muitos deles foram também intelectuais de craveira. Aliás, o Arinos do Afonso somente foi incorporado a seu

nome já na adolescência em homenagem a tio homônimo: Afonso Arinos de Melo Franco, irmão de seu pai, jornalista e escritor, nos legou *Os Jagunços* sobre a guerra de Canudos e os *Sertões*, publicados no entretempo dos séculos XIX e XX, e posteriormente, bem antes da Semana de Arte Moderna, *Lendas e Tradições Brasileiras*, é reconhecido como um dos precursores da literatura regionalista.

Acentue-se, também, haverem sido, o homenageado, o filho – Afonso Arinos de Melo Franco –, e seu tio, membros da Academia Brasileira de Letras, constituindo-se talvez na maior densidade de integrantes do Sodalício numa mesma família.

Fora dos limites do entorno familiar, Afonso Arinos pôde, no exterior, absorver “o sentimento do mundo” de que fala Carlos Drummond, ao se privilegiar de convivência, enquanto jovem, com autores ou leituras de obras que influíram em seu itinerário intelectual como o Professor Séchaye, editor da obra de Saussure, um dos maiores lingüistas da Europa, e o Professor Guglielmo Ferrero, que, segundo ele, “me recebia com um ar muito paternal”. Ferrero é autor do livro *Poder. Os gênios invisíveis da cidade*, um dos clássicos fundadores da moderna *Ciência Política*, obra referida por várias gerações de pensadores como Ortega, Duverger e Bobbio. Ferrero analisa, de forma inovadora, no início da década de quarenta do século passado, o estudo da ontologia do poder, através de uma categoria fenomenológica: a legitimidade, algo – frise-se – distinto da legalidade.

Em sua visão, ressalta que o poder necessita para sobreviver a algo mais que a coação. O poder para alcançar estabilidade – ou governabilidade, na semântica de nossos tempos – precisa de legitimidade, de livre assentimento dos habitantes da cidade, compreendida enquanto polis. Essa lição do mestre italiano cravou profundamente o pensamento de Arinos na vida pública. Ferrero era possuidor, segundo Arinos, “de imenso conhecimento da história européia, aliado a uma reveladora intuição sociológica e política”, observara, antes de Hitler chegar ao poder não ser “o fascismo exclusivamente italiano, como pretendia Mussolini e que marchava para um impasse mundial, do qual não poderia sair sem uma tragédia”. E os fatos mostraram que os seus desdobramentos ultrapassaram as penínsulas itálica e ibérica e se refletiram sobre o nosso continente, especialmente na América Meridional.

Arinos devotava igualmente atenção especial a Thomas Morus. Sugeriu, em 1980, que a Editora da Universidade de Brasília, de cujo Conselho Editorial foi membro, publicasse a tradução que sua esposa Anah fizera de *A Utopia*, com uma apresentação por ele preparada. Em seu texto assinala: “Thomas Morus foi um dos mais genuínos representantes do humanismo

renascentista. As características essenciais dessa escola de pensamento e de arte aparecem conjugadas na sua obra maior, *A Utopia*, e nos lances dramáticos de sua vida. O destino terreno do homem interessava-lhe mais que o seu destino transcendente. Mas a transcendência religiosa permanecia para ele, como explicação e apoio da vida humana”. E acrescenta uma nota curiosa: a “ligação entre *A Utopia* e o Brasil, ou seja, a identificação da ilha brasileira de Fernando de Noronha, mencionada na carta de Vespúcio, que mais serviu de roteiro ao livro de Morus. Esta sugestão que ainda hoje me parece válida, foi feita no meu livro *O índio brasileiro grande e a Revolução da França...*”.

Morus, nascido em meados do século XV na Inglaterra, foi advogado, escritor e, mais que político, um estadista. Eleito para a Câmara dos Comuns, Casa que a presidiu, e após exerceu as funções de Lord Chanceler do Reinado de Henrique VIII. Morus, católico de conduta ascética, esteve ao lado do Rei na luta contra a reforma protestante. Quando, todavia, o Rei se divorciou da Rainha Catarina de Aragão para casar-se com Ana Bolena, inclusive afastando-se do Papa, Morus se demitiu. E mais: recusou-se a declarar nulo o primeiro casamento do soberano e a prestar juramento ao Rei como Chefe Supremo da Igreja da Inglaterra, então desvinculada do Papado. Preso na Torre de Londres, processado, não admitiu afastar-se de suas convicções religiosas, sendo condenado à morte e executado. Pelo seu testemunho de fidelidade à fé foi beatificado pelo Papa Leão XIII e canonizado por Pio XI. João Paulo II, no ano 2000, em *motu proprio*, o proclamou “Patrono dos Governantes e dos Políticos”.

Sr. Presidente, de diferentes formas em praticamente todas as atividades humanas, Afonso Arinos se manifestou e legou um acervo ainda não de todo conhecido. Polígrafo, doutrinou no território do Direito – como professor e jurista – foi historiador e memorialista, cronista, ensaísta, crítico literário, articulista, conferencista. Se tanto se pode salientar de sua abrangente produção intelectual, em menor plano não se deve situar a sua vida pública, vocação desde cedo despertada.

Sr. Presidente, homem de estado, probo e lúcido, espécime talvez em declínio na Pátria amada, Afonso Arinos nasceu também predestinado a ter um destacado papel na assembléia dos acontecimentos do nosso País.

Promotor público e jornalista, tão logo se diplomou em Direito no Rio de Janeiro, participou da Aliança Liberal que derrubou a chamada República Velha, movimento que iniciou com a Revolução de Trinta, um ciclo de renovação na política brasileira. Fundador do Partido Progressista, criado por Antonio Carlos, Olegário Maciel e Venceslau Brás e, posteriormente, subscritor e um dos autores do Manifesto dos Mineiros, Arinos, ao lado de

seu irmão Virgílio de Melo Franco, Odilon Braga, Milton Campos, Pedro Aleixo, entre outros, denunciava os desvios de rumos imprimidos ao Brasil pelo Estado Novo de Getúlio Vargas.

Assumiu em 1947 a cadeira de Deputado Federal, pela UDN, em vaga decorrente da posse de Milton Campos no Governo de Minas Gerais, reelegeu-se em 1950 e 1954, períodos em que exerceu as lideranças do seu Partido e da Minoria, na Câmara dos Deputados. Em 1958 conquista uma cadeira de senador pelo Rio de Janeiro, com a maior votação registrada no então Distrito Federal. Chamado para desempenhar as funções de Ministro das Relações Exteriores, pelo Presidente Jânio Quadros, executou uma nova política externa brasileira, preconizando o fim do chamado “alinhamento automático com os Estados Unidos da América”.

Não concorreu às eleições de 1966, encerrando, porém, o mandato com cinco discursos sobre a “miniconstituinte” congressual, convocada pelo então Presidente Castelo Branco.

Participou, atendendo a convite do Presidente Ernesto Geisel, entre 1977 e 1979, do processo de abertura política coordenado pelo Senador Petrônio Portella. Mais adiante, integrou a Aliança Democrática (1984-1985), pacto político que ensejou a eleição da chapa Tancredo Neves-José Sarney. Designado por Tancredo Neves, presidiu a “Comissão de Notáveis”, constituída por individualidades da sociedade civil brasileira, incumbida de elaborar proposta de sugestões à Constituinte a ser instalada em 1987. Novamente Senador em 1986, pelo PFL, Afonso Arinos foi escolhido para dirigir a Comissão de Sistematização, que elaborou o projeto a ser discutido pelo Plenário, sendo Relator-Geral o Senador Bernardo Cabral.

É orador, em nome dos constituintes, na sessão de promulgação da Carta de 1988, quando lembrou que “a experiência histórica brasileira em matéria constituinte é bem antiga. Provém da Conspiração da Inconfidência, ocorrida em 1788 na Capitania de Minas Gerais”, portanto duzentos anos antes da atual Constituição. Observou, também, que os autores de Direito Constitucional Comparado, registram um fenômeno marcante, a exigir nossa reflexão. O direito nas novas Constituições “parece evoluir, em conjunto, para tornar-se mais um corpo de normas teóricas e finalistas, e cada vez menos um sistema legal vigente e aplicável. Por outras palavras nunca existiu distância maior entre a letra escrita dos textos constitucionais e a sua aplicação”.

Sartori nos *Elementos de Teoria Política*, diz “(...) as constituições contemporâneas – em geral – são mais constituições tecnicamente falando.

Encontram-se nelas deslumbrantes profissões de fé, por um lado e um excesso de detalhes supérfluos por outro”.

Ao encerrar suas palavras, Arinos advertiu que outra tarefa, após promulgada a Constituição, se abre aos membros do Congresso Nacional, a de “apesar de quaisquer divergências ... de colaborar nas leis que a tornem mais rapidamente e mais eficazmente operativa...”

O seu falecimento dois anos após não lhe permitiu ver, em sua completa eficácia, a Constituição que encerrou a transição para o estado de direito, pois muitos de seus preceitos ainda aguardam regulamentação.

Sr. Presidente, política, virtude e arte, é sobretudo servir. Servir ao comum não é servir ao nenhum. É estar a serviço de todos – do povo e das instituições. E não se serve o povo sem políticas públicas que pressupõem o fim da tutela da sociedade pelo Estado e assegurem a todos o acesso à cidadania, pois “o rebanho, melhor que o pastor, sabe a erva que lhe convém”, como opinou o sociólogo Eduardo Frieiro.

Servir é, antes de tudo, dever que decorre do exercício do múnus público. Mas, em contrapartida, é também direito de qualquer do povo de participar da vida nacional.

Não foi outro o itinerário cívico de Afonso Arinos. É o que faz ao defender a participação do Brasil na luta contra o nazi-fascismo: “tudo o que constitui o nosso ser tem de ser dado ao serviço da Pátria. Não somente o que nos é mais externo, como os nossos bens, as nossas aptidões, o nosso tempo, mas também o que há de subjetivo, de íntimo, de profundo em nós, como as nossas convicções, a nossa opinião, as nossas paixões pessoais ou doutrinárias... Não são os interesses o que temos de mais custoso em sacrificar, mas os pontos de vista. Eis, por isto mesmo, o que um homem que, de qualquer maneira, vive da ou pela inteligência, deve sacrificar em primeiro lugar. Espírito crítico, orgulho, independência, são roupas civis. A inteligência também tem a sua farda, o seu uniforme de tempo de guerra. Esta é a que todos nós devemos seguir. Só assim poderemos exigir da Pátria que nos atenda neste direito que é o de todos nós, e de que não abriremos mão de nenhum modo: o direito de servir.”

Sr. Presidente, fiel ao veio político das Alterosas e, assim, “espelho de sua consciência” analisar a trajetória de Afonso Arinos é a Nação recordar os grandes exemplos que Minas ofereceu, sobretudo a partir da “geração da Independência” e que se transformaram em alicerces humanos e intelectuais do País. Sei que citar é excluir, porém seria inexplicável olvidar estadistas como Bernardo Pereira de Vasconcelos, capaz de realizar a síntese extraordinária de toda a vida partidária da Monarquia, ao se converter de líder maior do Partido

Liberal e depois, fundador do Partido Conservador. Ou, tampouco Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, Presidente do último Gabinete do Império, que depois de quase quarenta anos de modelar ação pública, coube-lhe dar dignidade à queda do regime, permitindo a Pedro II encerrar, sem mágoas e com grandeza de espírito, seu longo reinado.

Finalmente Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, articulador político que conseguiu quebrar o paradigma da alternância entre liberais e conservadores, mereceu de Arinos, em texto somente agora revelado, a inclusão entre os “vultos brasileiros do pensamento e da alma do Continente”.

É certo que nem sempre – e infelizmente – prevaleceu o conagraçamento entre poder e sociedade, entre o estado e a nação.

Ao momento conciliador que foi a Independência e a primeira tentativa de institucionalização democrática do poder, através da Constituinte de 1823, adveio a reação consubstanciada na sua violenta dissolução. Ela significou a prisão e o exílio dos que fizeram politicamente a emancipação e sustentaram militarmente as lutas da Independência. A Nação reagiu com a sublevação patriótica de Pernambuco que encheu de heróis o martirologio da Província. A ela devem os brasileiros o recuo conciliador que propiciou a Constituição de 1824 e a instalação do Legislativo de 1826.

Os instantes de ruptura em nosso processo político decorreram do distanciamento entre condução autoritária do Estado e as aspirações democráticas da sociedade, só satisfeitas quando o poder se reconcilia com a Nação. Esses momentos consignam, sobretudo, a capacidade política de superação das divergências, muitas vezes momentâneas, que se expressaram, não raro, nos períodos de mudanças de mando na política nacional. Nesses transes, como em 1984, foi preciso ter presente, que pretextar fidelidade a siglas significava pretender substituir o permanente pelo transitório, o substantivo pelo adjetivo, o essencial pelo formal.

Os motivos que oferecemos à Nação na metade da década de 1980, foram os mesmos apresentados por Nabuco em 1853 quando talvez em sua maior intervenção no Parlamento, a chamada “Ponte de Ouro”, que os conservadores lançaram na direção dos liberais de todo o País.

Não se pode, igualmente, desconhecer que a Nação sempre buscou superar seus dissídios através do entendimento em torno das aspirações da sociedade. A Aliança Democrática, pactuada há vinte anos atrás, em torno de Tancredo Neves é bem a expressão desse querer coletivo. Afonso Arinos dela participou ativamente desde o processo de mobilização para a “Nova República”, expressão por ele cunhada para definir a plataforma do novo

governo, até a madrugada de 15 de março de 1985, o anticlímax do processo político: a imprevista hospitalização de Tancredo Neves causando perplexidade ao País, parecendo frustrar, na vigésima quinta hora, os sonhos do grande projeto que unira a Nação. Tornou-se indispensável agir, rapidamente, numa conjuntura virtualmente sem precedentes da história.

Se o Brasil caísse na tentação de fazer a opção que alterasse a integridade do texto constitucional, estaria comprometido não só o processo mas a própria legitimidade daquele que seria o primeiro governo civil das últimas duas décadas. Por isso, foi essencial a iniciativa de não interromper o curso da legalidade. Uma vez mais, o mestre Afonso Arinos, com sua ascendência moral e na condição de duas vezes professor de Direito Constitucional, apontou a solução, invocando o artigo 77 da Constituição então em vigor, encerrando as divergências que pudessem ser suscitadas, garantindo a posse de José Sarney.

O Brasil e a opinião pública internacional sentiram que o destino político estava assegurado, nos termos da legalidade constitucional.

Com respaldo de toda a Nação, se encerrava exitosamente a desafiadora tarefa de consumarmos a transição: sem traumas e sem contestação.

Sr. Presidente, Afonso Arinos pode ser definido como um liberal da mais lídima tradição da política brasileira.

Ser liberal é, antes uma atitude, um estilo de vida, “uma conduta existencial”, como definira Raymond Aron, no livro *Um Liberal na Imprensa*. Ademais, os liberais não se proclamam portadores da verdade e sabem que somente o debate e a controvérsia inoculam enzimas que fertilizam a solução dos problemas da sociedade.

O liberalismo enquanto ideário político busca conciliar as conquistas da liberdade com as exigências da igualdade de oportunidades.

Convém não confundir, pois, o verdadeiro liberalismo com o liberismo, que seria uma distorcida forma de aplicação do ideário liberal à economia; menos ainda, transformá-lo em “neoliberalismo”, cujo objetivo é a total liberdade do mercado, a redução do papel do Estado na sociedade e o desconhecimento da questão social. Daí a arguta observação de Vargas Llosa em seu trabalho *O Liberalismo entre dois mistérios: “Neoliberalismo”* equivale a dizer semi ou pseudoliberal, ou seja, um puro contra-senso”.

Se entendido sob esses fundamentos, o verdadeiro liberalismo não aceita nem prega a passividade do Estado, nem a liberdade do mercado como duas esferas distintas. Ambos têm que sobreviver e coexistir. Tanto um quanto o outro só têm legitimidade na medida em que possam servir à coletividade, sem prejudicar a individualidade.

É útil à Nação recordar episódios da exemplar vida de Arinos que realçam a sua presença na consolidação da democracia no tecido social brasileiro. Em muitas ocasiões – densas e tensas – da vida do País, emerge o Afonso Arinos atento à necessidade de garantir os direitos da cidadania, de fortalecer as instituições, assegurar o pluralismo e edificar uma sociedade aberta, livre e socialmente justa.

Assim foi ao propor a idéia de um manifesto dos mineiros, afinal subscrito por mais de setenta intelectuais e políticos. Uma “intervenção em defesa da democracia no mundo e no Brasil”, diria Afonso Arinos. O objetivo foi, acrescentou: “confrontar o Getúlio de 1943 com o Getúlio de 1930. Iríamos demonstrar ao País, de forma concreta, a evolução ditatorial de um poder que nascera das mais nobres aspirações democráticas”.

Em tese, defendida na década de cinqüenta do século passado, intitulada História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil, Arinos concorda, como entendia Hans Kelsen, não ser possível a democracia sem a existência de partidos políticos. “Manter a democracia significa pois, para o Brasil, cultivar e robustecer a instituição dos partidos...”. E encerra: “Todo o brasileiro consciente tem o direito de se integrar a um partido, como prova da aquisição de uma verdadeira cidadania. O partido é o lar cívico...”

Aliás, nesse terreno, o País lavrou cedo ao alojar no texto constitucional a presença dos partidos políticos. Giovanni Sartori em *Elementos da Teoria Política*, salienta que o Brasil se inscreve juntamente com a Alemanha (Lei fundamental, Bonn 1949) e a França (Constituição 1958), entre as três primeiras nações que prestigiaram os partidos políticos, elevando-os ao reconhecimento da Lei Maior.

Em 1947 votou contra o projeto de cassação dos mandatos dos parlamentares do então Partido Comunista Brasileiro, por considerar a providência “atentatória ao princípio geral da doutrina, e que vinha atribuir ao Congresso ordinário um poder não previsto expressa ou implicitamente, se exercia em restrição de direitos políticos, restrição que também não se admite ser imposta senão mediante dispositivo expresso e em casos previstos por lei”.

Igual conduta adotou por ocasião da tentativa de cassar o mandato de Carlos Lacerda em 1957, que praticava agressiva oposição ao governo Juscelino Kubitschek. Em defesa do parlamentar carioca, afinal absolvido, levantou sua voz como Líder da UDN e da Oposição, para condenar que o processo tenha sido feito “pelas fortes razões de natureza pessoal desvencilhou-se dessas características iniciais... e passou a confundir-se com matéria que diz respeito à própria sobrevivência da democracia no nosso País”.



A Lei Afonso Arinos, de sua iniciativa, dos idos de 1951, contra o preconceito racial, paradigma a inspirar iniciativas semelhantes em todo o País, é também medida que concorre para a consolidação de uma sociedade multirracial – “o amálgama, a síntese, a resultante final da dinâmica étnico-cultural dominante no Brasil” na visão do mestre Gilberto Freire.

Ao assumir a chefia da Chancelaria brasileira, em 1962, Arinos inova ao defender o princípio da autodeterminação dos povos, considera dever aproximar-se das nações emergentes, vez que o mundo não estará “dividido entre Oriente e Ocidente mas também entre hemisfério setentrional e meridional, em razão de critérios econômicos e sociais” e propugna uma “ação planejada, com o auxílio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos países subdesenvolvidos do Sul”.

A “política externa independente”, executada na condição de Ministro do Presidente Jânio Quadros, buscou promover a universalização das relações comerciais e diplomáticas e se converteu em diretriz adotada pelo Itamaraty.

Foi obstinado na defesa da liberdade de manifestação artística e cultural, como se vê em texto de aula magna na Universidade do Rio de Janeiro, no qual afirmou: “A liberdade cultural não exime o poder da obrigação de amparar a cultura, primeiro, porque é dever do Estado defender a personalidade nacional, com que a cultura se confunde, e segundo, porque cultura que não é livre é anticultura”.

Sr. Presidente, sobre Arinos, afirmou o Ministro e seu colega na Câmara dos Deputados, Aliomar Baleeiro: a ele “caberia a divisa latina ‘*E plurimus unum*, tal a versatilidade de aptidões e de talentos dentro da unidade monolítica de seu espírito”. Essa característica que, a meu ver, o notabilizou poderia também ser expressa pela palavra grega *Sýnthesis*, que, por sua profundidade léxica e semântica consegue traduzir o dom raro de personalidades nas quais o conhecimento não é traído por compartimentos estanques, mas integrados de tal forma que se incorporam, em todo homogêneo, em seu ser, com ela como que se identificando.

Como todos nós, Arinos se posta diante dos fatos mas deles não extrai soluções copiadas de quem quer que seja: apropria-se daqueles e dá sua visão integradas delas, resultante do somatório de todas as suas experiências e conhecimentos, nunca se repetindo, mesmo quando versa sobre o mesmo tema, renovadamente original. Porque nele o historiador, jurista e político, se enlaçam, a ponto de ser capaz de resumir – numa única frase – a evolução quase bicentenária do País independente até os dias atuais ao afirmar que “o Brasil, Estado mais que moderno, recente, nasceu com as

bases do Direito das gentes, perfeitamente assentadas e com a política externa fundada na brilhante experiência diplomática européia, que se desenvolveu em função da crise continental causada pela confrontação entre o Império marítimo da Inglaterra e o Império territorial napoleônico” (*in* Problemas políticos brasileiros).

Tudo nos conduz, portanto, situá-lo como um ente dotado do dom da sabedoria: a um só tempo telúrico, posto que se considerava “três cruzeiros brasileiro”, e universal pela sua condição de pensador; telúrico não mero provinciano; universal, não um cosmopolita que se julga cidadão de todo o mundo.

Mas, certamente, a definição que perfilará a estuante personalidade de Afonso Arinos de Melo Franco, por enriquecer a literatura nacional e dignificar a vida pública brasileira, é a de um humanista dotado de uma provisão de luz capaz de enxergar o que o homem necessita de liberdade, pão e espírito; justiça, paz e solidariedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

*Durante o discurso do Senador Marco Maciel, o Presidente Renan Calheiros deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.



O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exm<sup>a</sup> Sr. Garibaldi Alves Filho, que preside esta sessão, Exm<sup>a</sup> Sr. Embaixador Afonso Arinos Filho, é com alegria que, no dia de hoje, estamos aqui na tribuna.

A história de Afonso Arinos, queiram ou não alguns, se confunde com a própria história do povo negro, e, por isso, não temos como falar dele sem falar da caminhada deste povo, que está aqui representado e que veio para a Marcha Zumbi Mais 10, exigindo a aprovação de políticas públicas – que era a grande aspiração de Afonso Arinos –, e que ficou aqui para assistir a este debate e ouvir de todos nós como ficará a redação final do *Estatuto da Igualdade Racial*. Eu diria que, na obra primeira, o *Estatuto* é obra de Afonso Arinos.

Dito muito bem aqui pelo Presidente Renan Calheiros, a primeira lei contra o racismo no mundo é da lavra, é da autoria de Afonso Arinos. Por isso, no meu pronunciamento, vou fazer o encontro da caminhada do nosso povo com a vida do grande Afonso Arinos.

Sr. Presidente, por volta de 1510 e 1540, se inicia, infelizmente, no Brasil o tráfico negreiro. Entre os séculos XVI e XIX, milhões de negros e negras foram seqüestrados, raptados do continente africano e transportados como animais para as Américas. Pessoas retiradas das suas casas, de suas famílias, de seus filhos, de suas tribos, vendidas e transportadas de maneira desumana.

Muitas lutas se travaram.

Ao chegar à América, as condições que enfrentavam nos navios negreiros não mudaram. Escravizados, não eram tratados como iguais. Sofriam todo tipo de humilhações e castigos físicos, situação que levou muitos a fugir. Foram perseguidos, resistiram, foram mortos, mas não se entregaram.

A palavra era liberdade, liberdade, liberdade. Essas fugas deram origem aos quilombos, sendo o mais famoso de todos, o mais importante, o Quilombo dos Palmares, onde se estabeleceu a grande trincheira de resistência pela liberdade, sob a liderança do grande líder Zumbi dos Palmares.

Sr. Presidente, foi uma luta que permaneceu por séculos e séculos, ano após ano, dia após dia.

Em 13 de maio de 1888, houve a assinatura da Lei Áurea, que, para a época, foi considerada um avanço, fruto da luta e da resistência dos negros e também de brancos que se dedicaram à luta pela abolição. Mas a famosa Lei Áurea só tinha dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta, a partir desta data, a escravidão no Brasil; Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.” Ou seja, os negros estavam libertos. Mas, e a cidadania, onde ficou?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a palavra liberdade é mágica e contagiante, é o troféu e a ferramenta mais importante daqueles homens e mulheres que lutam por uma sociedade igualitária e justa. Por essa razão, queiram ou não alguns historiadores, no dia 13 de maio, negros e brancos dançaram, cantaram e comemoraram a conquista. Conquista que, na verdade, não veio. Com o passar dos dias, meses e anos, se percebeu que a famosa liberdade de fato, com os direitos civis, não aconteceu.

E é aí, Sr. Presidente, que eu falo de Afonso Arinos. Somente 63 anos e dois meses depois, em 3 de julho de 1951, surgiu uma lei para afirmar a liberdade e que, efetivamente, trouxe os direitos civis à comunidade negra, uma lei que pune todo ato racista e preconceituoso contra os afro-brasileiros, a Lei nº 1.390, de 1951. Essa lei teve a lavra, teve a ousadia daquele que hoje homenageamos: Afonso Arinos de Melo Franco. A nova lei contava não apenas com um artigo, mas com nove artigos, e foi promulgada, no Rio de Janeiro, pelo Presidente Getúlio Vargas, à época em que lembrávamos 130 anos de Independência e 63 anos de República. Vejam a coincidência: 63 anos! Aí é bom lembrar que, apesar das divergências entre Arinos e Vargas, convergiram sobre o tema. A Lei é de Afonso Arinos, assinada pelo Presidente Vargas.

Senhoras e senhores, nasci em 1950. Quando eu comentava com meu pai, um negro forte, altivo, que faleceu em um acidente, algum ato racista, ele me dizia: “Vá em frente, existe uma lei, existe a Lei Afonso Arinos!”

Repito: gostem ou não alguns, Afonso Arinos é uma grande referência para todos nós e me ajudou muito na minha infância. Sabemos que a luta desse homem e daqueles que estavam ao seu lado não foi fácil; por isso demorou 63 anos a batalha travada para que a Lei Afonso Arinos virasse realidade.

Com a lei, passou a ser crime de racismo a recusa por parte dos estabelecimentos de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor. As punições previam multas, prisões, perda de cargo e fechamento do estabelecimento.

Senhores e senhoras, eu tomo a liberdade de dizer: Afonso Arinos merece nossos aplausos, merece que toquem os clarins. Palmas a Afonso Arinos! (*Palmas.*)

Palmas, senhores e senhoras! (*Palmas.*)

Palmas não para este orador, palmas para Afonso Arinos.

Ressaltamos a coragem desse homem ao enfrentar os preconceitos da época, muito fortes, infelizmente, ainda hoje, e lutar para aprovar a primeira lei no mundo contra o preconceito e o racismo. Sr. Presidente, cada lei tem a sua época, o seu tempo. Vejam que comecei falando da Lei Áurea, e sei a posição do movimento sobre a Lei Áurea, passei por Afonso Arinos, e quero lembrar aqui, Senador Saturnino, a Lei Caó, fruto da Constituição de 1988, que avançou no seu tempo aos princípios de Afonso Arinos, que aprendi aqui como Constituinte. Eu, um jovem aqui chegando, olhava-o com admiração. Dei-lhe um abraço numa oportunidade e lembro que isso tem muito a ver com minha história.

Em 20 de dezembro de 1985, o Presidente Sarney sanciona a lei de autoria do ex-Deputado Caó. Caó avança a partir da Constituição de 1988. Ela avança, dentro do seu tempo, aos princípios deixados pela Lei Afonso Arinos ao incluir a prática de atos resultantes de preconceito e racismo como crime inafiançável. Lei que contém doze artigos e que foi sancionada em nosso País quando lembramos 164 anos de independência e 97 anos da República.

Essas leis são conquistas resultantes de lutas travadas pelo povo negro e branco comprometidos com essa causa. E, assim como Zumbi, Manoel Congo, Mariana Crioula, muitos outros inspiraram a nossa caminhada. Lembro aqui e repito: a caminhada de Arinos, de Abdias do Nascimento, de Benedita da Silva, de Caó e de tantos outros que caminharam conosco.

É pela trajetória de homens e mulheres assim que os afro-brasileiros podem hoje apontar avanços na busca de mais vitórias, como avanço foi aquele momento da História. É importante lembrar 20 de novembro, data que marca a morte do grande Zumbi, como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Por essa razão, tivemos duas grandes marchas, a do dia 16 e a do dia 22, as Marchas Zumbi + 10, pedindo que o Estatuto da Igualdade Racial – que está em debate agora na Câmara – contemple as aspirações do povo negro.

Como dizíamos anteriormente, a Lei Áurea libertou, em tese, os escravos, mas não deu a eles cidadania. Não deu a milhares de homens e mulheres o direito de serem como os demais. Se hoje estamos nos mais diversos postos, mesmo que ainda de forma muito lenta, temos que admitir que avançamos. Isso se deve à luta diária de cada homem, de cada mulher de bem deste País, independente da raça, da cor ou da etnia.

Acreditamos que a verdadeira cidadania dos afro-brasileiros virá com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Senhores, 48% dos brasileiros são negros! Enfim, quem sabe, eles possam dizer: o sonho de Afonso Arinos se torna realidade.

A verdadeira carta de alforria da nação negra virá com a aprovação do Estatuto nos moldes que pede o movimento negro. É hora de tomarmos consciência de que somos todos iguais. É hora de construirmos uma sociedade igualitária e justa. Este País nunca será um País de Primeiro Mundo enquanto não afastarmos do território nacional a chaga do preconceito racial.

A luta não é apenas de um ou apenas de outro. Deve ser de todos. Por isso, eu tomo a liberdade, não de cantar, mas de ler para vocês o Canto das Três Raças imortalizado na voz de Clara Nunes.

Ninguém ouviu  
Um soluçar de dor  
No canto do Brasil  
Um lamento triste  
Sempre ecoou  
Desde que o índio guerreiro  
Foi pro cativoiro  
E de lá cantou  
Negro entoou  
Um canto de revolta pelos ares  
No Quilombo dos Palmares  
Onde se refugiou  
Fora a luta dos Inconfidentes  
Pela quebra das correntes  
Nada adiantou  
E de guerra em paz  
De paz em guerra  
Todo o povo dessa terra  
Quando pode cantar  
Canta de dor

E ecoa noite e dia  
É ensurdecedor  
Ai, mas que agonia  
O canto do nosso trabalhador  
Esse canto que devia  
Ser um canto de alegria  
Soa apenas  
Como um soluçar de dor.  
A luta é de todos.

A igualdade que almejamos é aquela em que todos os indivíduos, negros, brancos, índios, amarelos, possam ter os mesmos direitos, direitos fundamentais que definem a dignidade de cada um de nós. Todos possuímos a mesma capacidade.

Como Martin Luther King, sonho com um País onde a capacidade de um homem ou de uma mulher não seja medida pela cor da pele.

Termino dizendo, Sr. Presidente, que nos inspira muito a luta de todos aqueles que citei, principalmente de Afonso Arinos. Queremos avançar juntamente com o nosso tempo; por isso, pedimos a aprovação imediata, com as mudanças solicitadas pelo movimento negro, assim como a sanção, do *Estatuto da Igualdade Racial*.

Sr. Presidente, o *Estatuto da Igualdade Racial* é inspirado nas contribuições de toda a história do povo negro e brancos comprometidos com esta causa, mas principalmente, Sr. Presidente, na primeira lei que assegurou direito à cidadania: a lei do inesquecível homenageado do dia de hoje, Afonso Arinos.

Meus cumprimentos, Sr. Presidente, ao Senador José Sarney, que encaminhou o pedido para a realização desta sessão, ao ex-Vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel, e a todos aqueles que tiveram essa iniciativa, a todos aqueles que estão aqui ou que estão em seus lares ouvindo este debate nesta manhã.

Termino dizendo: vida longa à memória de Afonso Arinos e à de tantos homens e mulheres que ao longo de suas vidas lutaram, tombaram, morreram pela liberdade, pela justiça e pela igualdade!

Viva Afonso Arinos! Viva Zumbi dos Palmares!

Axé para todos! (*Palmas.*)





O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.



O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador Affonso Arinos, filho do homenageado e que representa aqui toda a família, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e convidados, muito especialmente os representantes do Movimento Negro, a homenagem que o Senado quis prestar e que está se encerrando está no sentimento, no coração de todos nós aqui, representantes desta Federação, como no sentimento, no desejo, na expressão da vontade do povo brasileiro em reconhecimento a essa que foi, efetivamente, uma das maiores figuras da vida política brasileira, que foi Afonso Arinos. Ele é um dos brasileiros que conseguiu galgar o patamar de excelência. Nós aqui, regimentalmente, somos chamados de excelências, mas há alguns poucos que, mesmo depois da passagem por esta Casa, levam consigo o merecimento desse tratamento, na substância, na essência. Esse é o caso de Afonso Arinos de Melo Franco, que galgou os patamares de excelência em todos os aspectos da sua vida: de político, de representante do povo, de intelectual, de escritor, de ensaísta, de estudioso das questões brasileiras. E esses aspectos foram muito bem ressaltados pelos que me antecederam nesta tribuna, com mais brilho e mais competência. Mas eu queria me referir também a um aspecto da vida de Afonso Arinos que o levou ao patamar de excelência, que é precisamente o exemplo da sua vida pessoal, familiar, de cidadão brasileiro, plenamente consciente do significado de dar o exemplo.

O homem público tem uma exposição muito grande dos seus atos, não só na vida pública, mas, na própria vida privada. Inevitavelmente, fatalmente a exposição a que está sujeito leva ao conhecimento do público sua conduta, mesmo na vida privada. Isso constitui um dos maiores deveres do homem público, da figura pública. Frequentemente, nesta quadra que estamos vivendo de deterioração dos valores éticos e morais para o predomínio dos valores de mercado, somos indagados: Mas o que vocês estão fazendo; o que vocês podem fazer? E a resposta que costumo dar é a seguinte: acho que o que melhor podemos fazer é dar o exemplo porque a figura do homem público intrinsecamente leva uma mensagem; sua existência, sua exposição, seu comparecimento nos atos públicos e nos atos até da vida particular de cada um leva uma mensagem, e na medida em que essa mensagem retrata

um comportamento, uma conduta de respeito à ética, à moral, de respeito aos princípios, de respeito às suas convicções, de respeito à transparência dos seus atos, isso infunde uma dose que cada um pode passar de confiança da população, do povo, da opinião pública nas suas instituições políticas. Afonso Arinos fez isso exemplarmente. Foi um brasileiro que, durante toda sua vida, sem exceção de nenhum dia, teve uma conduta efetivamente exemplar. Essa foi uma contribuição, além de todas as que aqui foram citadas, que eu queria ressaltar na vida de Afonso Arinos e na presença do seu filho, que testemunhou, melhor do que qualquer um de nós, isso que estou aqui a dizer.

Enfim, acho que a homenagem foi prestada. Quero me referir só a um pequeno elemento da vida de Afonso Arinos no Ministério das Relações Exteriores, porque ele foi realmente o primeiro dos nossos Ministros de Relações Exteriores que – naquele momento de bipolaridade, o mundo dividido, parecia que a guerra era inevitável entre os dois pólos de poder, os Estados Unidos e a União Soviética, e a posição tradicional do Brasil de afiliação e, de certa forma, de subserviência aos ditames de um dos pólos, que era os Estados Unidos – compreendeu a importância de buscar a equidistância para afirmação do interesse nacional, para afirmação da soberana brasileira. Isso marcou profundamente, indelevelmente a nossa política exterior. Posteriormente, depois de passar pelo exercício desse ministério, dessa função importante, ele criou uma frase, uma definição, que eu li num dos livros – não me recordo em qual – que o embaixador organizou sobre a vida do pai. Ele disse algo lapidar que a meu ver define a vocação do Brasil, a natureza deste País: “O Brasil é mais forte na paz do que na guerra.”

A força do Brasil está exatamente nos princípios, na razão com que sempre enfrentou os problemas internacionais. Claro, o Brasil nunca fugiu da guerra e quando foi necessário, no século passado, compareceu à luta contra o nazismo. Não se trata de nenhuma aversão, medo ou receio do Brasil à guerra, mas o Brasil sempre se afirmou muito mais na paz, nos organismos internacionais, nos princípios, nas razões, na negociação internacional a partir da negociação das suas próprias fronteiras. Isso marcou o Brasil indelevelmente também como um país que respeita os princípios da razão e do direito internacional na paz e enfrenta as questões com boas razões, inteligência e argumentos, sem precisar do recurso às armas. Então, realmente o Brasil nunca foi muito forte nas armas, mas foi extremamente forte na paz, na negociação e na afirmação dos princípios. E isso Afonso Arinos definiu magnificamente numa das inúmeras conferências a que compareceu.

Srs. Senadores, senhores convidados, eu não quero me alongar, mas quero expressar, tendo subido a esta tribuna depois de tantos oradores ilustres

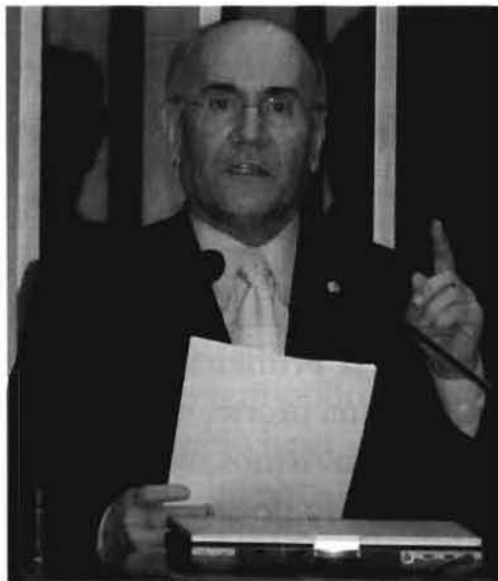
e brilhantes, que o Rio de Janeiro preza enormemente a figura de Afonso Arinos, porque lá ele passou a maior parte de sua vida, a mais fecunda. Como representante do Rio de Janeiro, quero transmitir o sentimento daquela cidade, daquela população, que sempre viu em Afonso Arinos um farol, uma figura exemplar, que ilumina o cenário da vida política brasileira e, muito especialmente, do Rio de Janeiro, onde ele viveu sua vida pessoal.

O Senado presta esta homenagem absolutamente justa, que há de ficar muito marcada nos Anais desta Casa, pela força, pela expressividade e pela justeza de sua realização. Nossa reverência à figura de Afonso Arinos na História do Brasil, na história desta instituição, na história de todo o nosso povo, iluminado por ele, até por sua lei fundamental, a Lei Afonso Arinos, que riscou do Brasil a questão da discriminação, que instituiu a não discriminação como instrumento legal, como instrumento das instituições brasileiras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.



O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste 27 de novembro, temos a oportunidade de celebrar o centenário do nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco, um dos mais importantes políticos e intelectuais brasileiros do século XX.

Mineiro de Belo Horizonte, Afonso Arinos representou o mais refinado exemplo de união de intelectual e político produzido em nosso País.

Jurista, profundo conhecedor do Direito Constitucional, produziu uma obra que não se prendia aos formalismos ou ao mero conhecimento das leis. Não. Soube, de forma magistral, perceber que o direito é eficiente e justo apenas na medida em que está vinculado à tradição e à história de um povo. Produziu, pois, tanto obras jurídicas, como sociológicas ou históricas, desde o princípio de sua atividade intelectual, ainda no final dos anos de 1920.

Em 1930, sua primeira obra já é inovadora, ao tratar da responsabilidade criminal das pessoas jurídicas, tema que veio a adentrar nosso ordenamento legal apenas décadas mais tarde. Além disso, preocupou-se em conhecer profundamente as origens de nosso povo, seja em sua importante trilogia de análise política escrita nos anos 1930 – composta por *Introdução à realidade brasileira*, de 1933, *Preparação ao nacionalismo*, de 1934, e *Conceito de civilização brasileira*, de 1936 –, seja em outras obras produzidas em períodos mais tardios de sua vida, caso de *História do povo brasileiro: fase nacional*, publicada em 1968.

Desde cedo, quando escreveu *Preparação ao nacionalismo*, Afonso Arinos defendia que o intelectual deveria se envolver nos assuntos políticos, coisa que ele próprio veio a fazer a partir de 1947, quando foi eleito deputado federal pelo Estado de Minas Gerais.

Na condição de Congressista, não se escondia ou fugia ao debate. Corajoso, ardoroso, ia à tribuna com destemor e, não raro, deixava-se contagiar pelas próprias palavras.

Esteve presente nos mais significativos momentos da história brasileira. Atravessou meio século de combates e de lutas, sempre de peito aberto,

destemido. Foi, por exemplo, pioneiro no combate à discriminação racial, por meio da proposição da Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, mais conhecida como Lei Afonso Arinos, que incluiu, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Da mesma forma, quando Ministro das Relações Exteriores, durante a Presidência de Jânio Quadros, não teve medo de promover aquilo que veio a ser conhecido como Política Externa Independente, que deixava de lado o alinhamento automático com a política internacional dos Estados Unidos. Atitude corajosa, especialmente se lembrarmos que se vivia no momento mais instável da Guerra Fria travada entre as superpotências do mundo.

Pouco antes, em 1958, Arinos fora eleito pela primeira vez para o Senado, onde esteve até 1967 e, depois, de 1987 até sua morte, em 1990.

Durante os governos militares, a voz de Afonso Arinos não se calou. Definindo a si próprio como um liberal, não teve medo de criticar os presidentes Castelo Branco ou Costa e Silva, afirmando publicamente que não votaria nesse último. Ademais, não teve medo da possibilidade de cassação política – que lhe pairou sobre a cabeça diversas vezes – ou de criticar os abusos do regime, quando afirmou, a respeito da Constituição de 1967, que, no tocante aos Direitos e Garantias Individuais, era “uma completa distorção dos princípios fundamentais do Direito Constitucional”.

Após o fim de seu mandato como Senador, em 1967, voltou às suas atividades acadêmicas, sem deixar, evidentemente, de participar da vida pública de nosso País.

Encerrado o regime militar e com a eleição de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985, é convidado pelo presidente eleito para participar, como chefe, da Comissão que elaboraria projeto de reforma constitucional. Mantido no cargo pelo Presidente José Sarney, Arinos comandou cinquenta juristas, advogados, professores de direito, empresários, cientistas políticos e jornalistas na elaboração de um anteprojeto de texto constitucional.

Apesar das inúmeras críticas recebidas e de ter sido o anteprojeto recusado pelo Executivo sob a justificativa de possível interferência na Assembleia Constituinte, o texto produzido sob a regência de Afonso Arinos influenciou decisivamente a Constituição de 1988, tendo ele, na condição de Senador eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, papel importantíssimo nos trabalhos levados a cabo naquele momento histórico.

Afonso Arinos, como um dos condutores da chama das liberdades democráticas em nosso País, foi um dos fundadores do Partido da Social

Democracia Brasileira, o PSDB, agremiação partidária da qual tenho a honra e o orgulho de ser membro.

Em 28 de agosto de 1990, quando estava em pleno exercício de suas funções de Senador da República, veio a falecer no Rio de Janeiro, com a idade de 84 anos.

Neste 27 de novembro, temos a honra de celebrar o centenário de nascimento de Afonso Arinos, jurista, intelectual, político, mas, sobretudo, exemplo de brasileiro que amou profundamente este País.

Nós, do PSDB, temos honrado, ao longo destes anos, a memória de um dos fundadores de nosso partido, e, ao contrário de outras agremiações políticas, persistimos no caminho da retidão, da correção moral, da dignidade, da coragem política e, sobretudo, no mais profundo respeito pela coisa pública e pelo bem-estar do povo brasileiro.

Muito obrigado, Afonso Arinos! Agradecemos pelo seu exemplo e pela sua capacidade de não esmorecer, mesmo nos momentos mais sombrios.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela atenção de todos! (*Palmas.*)







O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

Em nome do Presidente Renan Calheiros, faço a entrega de exemplares da *Coleção Biblioteca Básica Brasileira*, de autoria do homenageado, ao seu filho,

que nos honrou com sua presença. (*Palmas.*)

Está encerrada a presente sessão.



*Na Sessão do Senado Federal do mesmo dia 23 de novembro de 2005, às 14h, o Senador Ramez Tebet pronunciou o seguinte discurso:*



O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente de nossos trabalhos, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há 15 anos faleceu Afonso Arinos de Melo Franco, o político; Afonso Arinos de Melo Franco, o constitucionalista, o diplomata, um homem de cultura e de elevado espírito cívico e público.

Senador Paulo Paim, eu não convivi pessoalmente com esse grande homem público brasileiro. Eu não tive a felicidade de muitos que ocuparam a tribuna nesta manhã em que o Senado da República, por iniciativa dos Senadores Marco Maciel e José Sarney, prestaram a merecida homenagem à memória desse notável homem público que dignificou também este Senado da República.

Quase todos os oradores, senão todos, Senador Paulo Paim, conviveram de perto com Afonso Arinos de Melo Franco. Eu não tive essa alegria, mas fui um grande admirador de Afonso Arinos de Melo Franco. Formei-me no Rio de Janeiro com muita dificuldade. No meu Estado, não havia faculdade de nível superior. Uma das coisas que me atraía no Rio de Janeiro, enquanto cursava os bancos acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, era comparecer ao então Palácio Tiradentes para assistir aos grandes debates que lá se travavam. E entre os grandes homens públicos que me causavam admiração e me deixavam empolgado, quando via na tribuna, era Afonso Arinos de Melo Franco. Em verdade, havia outros como Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto. O Presidente José Sarney não se lembra, mas eu cheguei a vê-lo também na tribuna, ele que era integrante da União Democrática Nacional naquela ocasião.

Pois bem, como não havia quase espaço para falar na sessão da manhã de hoje, que homenageou Afonso Arinos de Melo Franco, vim falar agora. A manhã foi reservada para aqueles que conviveram com Afonso Arinos de perto. Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> foi um deles. Foi um deles porque Afonso Arinos de Melo Franco foi Constituinte de 1946 e foi Constituinte de 1988. Como Constituinte de 1988, trabalhou pela atual Constituição.

Recordo-me de que Tancredo Neves já pensava em tê-lo como coordenador da Comissão Constitucional que prepararia a Constituição dos sonhos dos brasileiros, a Constituição verdadeiramente democrática, a Constituição empunhada por Ulysses Guimarães e denominada Constituição Cidadã, em outubro de 1988.

Sr. Presidente, hoje de manhã, entrei rapidamente neste plenário e vi, com alegria, o grande exemplo que a comunidade negra deu, ao comparecerem a esta Casa seus legítimos representantes, para reverenciar a memória daquele que foi o primeiro homem público talvez no mundo – posso estar enganado – que fez uma lei que não diferenciou as pessoas pela cor da pele, como não podemos diferenciar. Sinto perplexidade ao ver que ainda existe discriminação, Senador Paulo Paim. Eu até me recordo de quando perguntaram ao Presidente Kennedy – me parece – o que ele pensava da discriminação racial. “Mas qual é a cor de Deus?” – ele respondeu.

Realmente, qual é a cor de Deus? Portanto, não podemos fazer diferenciação nenhuma. E foi um brasileiro, Afonso Arinos de Melo Franco, que fez essa primeira lei chamando a atenção para o problema. Ele, com certeza, não queria chamar a atenção só para a distinção da pele, pois isso não distingue os homens. Ele queria chamar a atenção era para um mundo desigual em vários aspectos.

Como Constituinte de 1988, sonhou com um Brasil melhor, sonhou com o Brasil que continuamos a sonhar: um Brasil menos injusto, um Brasil mais igual, um Brasil onde não haja tanta desigualdade regional e tanta desigualdade social, um Brasil onde todos possam levar uma vida digna, uma vida honrada. Foi com isso que ele sonhou, e, por isso, fez bem o Senado da República em lhe prestar essa homenagem.

Quero cumprimentar os Senadores Marco Maciel e José Sarney, que tiveram a iniciativa dessa lembrança.

Quero cumprimentar também a comunidade negra, porque acho que a gratidão é a memória da alma. Ao comparecerem aqui os representantes da comunidade negra, disseram: “Não. Não nos esquecemos de quem fez por nós”. E isso é muito bom, porque significa dizer para a atual geração e para as gerações futuras que vale a pena, sim, servir à causa pública e que aqueles que a serviram, como fez Afonso Arinos de Melo Campos, serão sempre lembrados pelas gerações vindouras.

Era isso, Sr. Presidente, que modestamente eu vim dizer desta tribuna. Não quero fazer aqui um verdadeiro retrocesso no tempo, porque Afonso Arinos ocupava a tribuna com aquele porte, com aquela elegância, orador exímio que era. Eu, que não o conhecia, o admirava. E o admirava

como? Em manga de camisa, procurando um lugar na galeria do Palácio Tiradentes para ouvir os grandes líderes daquela época, entre os quais ele já pontificava e continuou a pontificar, tanto que foi signatário, como V. Ex<sup>a</sup> foi, da Constituição de 1988.

Era o registro que eu queria fazer, em nome do meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Ramez Tebet, esta Presidência gostaria de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Se o filho de Afonso Arinos, Affonso Arinos Filho, que esteve aqui hoje pela manhã, tivesse ouvido o seu pronunciamento, com certeza, ele bateria palmas de pé. Por isso, em nome de todos os que respeitaram e aplaudiram a caminhada bonita de Afonso Arinos, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900  
Brasília – DF

OS nº 00453/2006



**Da esquerda para a direita: Senador Marco Maciel, Embaixador Afonso Arinos de Mello Franco Filho, Presidente Renan Calheiros, Senador José Sarney e Senador Paulo Paim.**

